



## **Demonstrações Financeiras**

### **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

**31 de dezembro de 2024  
com Relatório do Auditor Independente**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

### Índice

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras ..... 1**

### **Demonstrações financeiras**

Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração dos fluxos de caixa .....	9
Balço patrimonial .....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	11
Demonstração do valor adicionado .....	12

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

1. Informações sobre a Companhia.....	13
2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	14
3. Receita operacional líquida .....	18
4. Custos e despesas.....	19
5. Resultado financeiro.....	19
6. Imposto de renda e contribuição social .....	20
7. Resultado por ação .....	23
8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras .....	23
9. Contas a receber e outros recebíveis .....	24
10. Intangível e ativo de contrato .....	25
11. Fornecedores .....	28
12. Empréstimos e financiamentos.....	28
13. Debêntures.....	29
14. Provisão para perdas em causas judiciais.....	33
15. Patrimônio líquido.....	34
16. Gerenciamento do capital.....	35
17. Instrumentos financeiros .....	35
18. Partes relacionadas.....	41
19. Cobertura de seguros.....	43
20. Compromissos .....	43
21. Transações não envolvendo caixa .....	44
22. Eventos subsequentes .....	44

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Iguá Rio de Janeiro S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Iguá Rio de Janeiro S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguá Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas Brasil e com as normas do IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### *Receita de prestação de serviço de água e esgoto*

#### Por que é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, às demonstrações financeiras, as receitas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são de R\$1.430.460 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.309.951 mil em 31 de dezembro de 2023). O processo de reconhecimento dessas receitas envolve um grande volume de transações e possuem uma base pulverizada de clientes. Adicionalmente, o reconhecimento das receitas inclui as estimativas de volumes consumidos e ainda não faturados, calculadas a partir da última data de leitura de consumo até a data do balanço patrimonial, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido (i) a relevância dos montantes envolvidos; (ii) aos julgamentos relevantes exercidos pela Diretoria no reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo a estimativa da mensuração da receita não faturada; e (iii) o alto volume de transações que ocorrem mensalmente.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação de controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento da receita, incluindo envolvimento dos especialistas de TI para avaliação dos controles gerais do ambiente de tecnologia e os controles automatizados relacionados a receita.
- ii) Execução de projeções independentes com base em premissas históricas realizadas de receita, volume vendido e quantidade de clientes, com base no resultado obtido, comparação com os registros contábeis da Companhia.
- iii) Execução de teste, em base amostral, sobre as receitas de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridas no exercício, a fim de avaliar a ocorrência e exatidão das transações.
- iv) Para a estimativa da receita a faturar de volumes consumidos, verificação dos dados e critérios adotados pela Companhia, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior e recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2024, bem como teste de inspeção documental, por meio de base amostral, para exame da fatura e da liquidação subsequente da receita a faturar.
- v) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos sobre os processos de reconhecimento de receita de prestação de serviço de água e esgoto, bem como ajustes que foram corrigidos pela Diretoria e, conseqüentemente nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos as receitas reconhecidas provenientes de prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## *Infraestrutura da concessão – Intangível, ativo de contrato e outorga da concessão*

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha registrados saldos de ativos intangíveis de concessão, ativo de contrato e outorga da concessão, divulgados na nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras, com os montantes de R\$489.411 mil, R\$305.697 mil e R\$6.692.001 mil, respectivamente que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura.

Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos à medida em que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos através da cobrança dos serviços prestados via tarifa. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. A outorga da concessão, por sua vez, refere-se ao montante pago em decorrência do contrato de concessão, a qual é amortizada linearmente pelo prazo de concessão. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão e, é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) as especificidades atreladas à mensuração e ao processo de capitalização de gastos com a infraestrutura da concessão, que envolve determinado grau de julgamento por parte da Diretoria na alocação entre custo capitalizável e despesas de manutenção; e (iii) ao alto grau de julgamento necessário para a avaliação de recuperabilidade dos ativos, o que envolve análises de premissas subjetivas.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação de controles internos relevantes relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão.
- ii) Execução de procedimentos de auditoria sobre a análise de recuperabilidade dos ativos preparada pela Companhia, a fim de avaliar se não haveria indicativos de redução ao valor recuperável a ser reconhecido em 31 de dezembro de 2024. Como parte desses procedimentos, desafiamos as estimativas e premissas de negócio relevantes, como crescimento de receita, custos, despesas, envolvemos os especialistas na avaliação do modelo utilizado para a elaboração das premissas, cálculo matemático e revisão da taxa de desconto, para avaliar se os ativos de infraestrutura da concessão teriam sofrido desvalorização.
- iii) Execução de teste, em base amostral, sobre as adições, com a finalidade de avaliar a ocorrência, valorização e natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas, inspecionando a correspondente documentação suporte.
- iv) Execução de teste, em base amostral, sobre as transferências efetuadas de ativo de contrato (obras em andamento) para intangível, com a finalidade de avaliar a exatidão do momento de início da amortização.
- v) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas ao processo de capitalização dos ativos, bem como ajustes imateriais, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. A Diretoria, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

## *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas Brasil e com as normas do IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de março de 2025

*Deloitte Touche Tohmatsu*

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Manoel P. da Silva  
Contador  
CRC nº 1 SP 205664/O-2



**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	3	1.633.097	1.359.027
Custo dos serviços prestados	4	(1.146.111)	(951.800)
<b>Lucro bruto</b>		<b>486.986</b>	<b>407.227</b>
<b>Despesas e outras receitas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	4	(146.395)	(135.639)
Outras receitas e despesas		385	(24)
		<b>(146.010)</b>	<b>(135.663)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>340.976</b>	<b>271.564</b>
Receitas financeiras	5	130.333	53.198
Despesas financeiras	5	(1.088.534)	(900.895)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(958.201)</b>	<b>(847.697)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(617.225)</b>	<b>(576.133)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	209.789	195.735
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(407.436)</b>	<b>(380.398)</b>
<b>Prejuízo por ação - básico e diluído (em Reais)</b>	7	<b>(0,202704)</b>	<b>(0,189253)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	2024	2023
<b>Prejuízo do exercício</b>	(407.436)	(380.398)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(407.436)</b>	<b>(380.398)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(617.225)	(576.133)
<b>Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa:</b>			
Baixa de ativo de direito de uso e intangível		(52)	38
Depreciação e amortização	4	233.872	221.284
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	4	49.133	50.810
Provisões		30.279	30.132
Atualização de outorga	5	85.153	78.546
Encargos e variações monetárias, líquidas		872.306	756.055
		<b>653.466</b>	<b>560.732</b>
Variações em:			
Aumento em contas a receber e outros recebíveis		(31.874)	(56.615)
Aumento em impostos e contribuições a recuperar		(5.870)	(7.373)
Redução (aumento) em outros ativos		1.240	(2.332)
Aumento (redução) em fornecedores e partes relacionadas		23.821	(34.975)
Aumento em obrigações fiscais		2.630	2.931
Aumento em outras obrigações		3.034	4.347
<b>Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais</b>		<b>646.447</b>	<b>466.715</b>
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		4.456	4.214
Juros pagos de debêntures, financiamentos e arrendamentos		(185.130)	(1.278.023)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>465.773</b>	<b>(807.094)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisições de ativo intangível, imobilizado e ativo de contrato	10 e 21 a.	(406.572)	(196.771)
Aplicações financeiras	8	(504.370)	(352.482)
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento</b>		<b>(910.942)</b>	<b>(549.253)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Empréstimos, debêntures e financiamentos tomados	13.3	3.210.133	3.800.000
Custo de transação pago no período		(198.264)	(264.674)
Pagamentos de debêntures e arrendamentos		(1.683.169)	(2.290.664)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>1.328.700</b>	<b>1.244.662</b>
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>883.531</b>	<b>(111.685)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	43.791	155.476
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	8	<b>927.322</b>	<b>43.791</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.



### Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	927.322	43.791	Fornecedores e outras contas a pagar	11	200.792	138.540
Aplicações financeiras	8	941.915	381.168	Fornecedores - risco sacado	11	22.916	10.614
Contas a receber e outros recebíveis	9	224.192	236.995	Partes relacionadas a pagar	18 b.	42.713	3.696
Impostos e contribuições a recuperar		17.541	11.671	Empréstimos e financiamentos	12	144	-
Outros ativos		10.210	12.339	Passivo de arrendamento		16.005	4.281
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.121.180</b>	<b>685.964</b>	Poder concedente a pagar	10 a.	1.818.303	-
<b>Não circulante</b>				Debêntures	13	-	65.757
<b>Realizável a longo prazo</b>				Obrigações fiscais		19.289	16.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	759.039	549.250	Outras obrigações		18.548	15.501
Outros ativos		982	93	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.138.710</b>	<b>255.048</b>
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>760.021</b>	<b>549.343</b>	<b>Não circulante</b>			
Imobilizado		3.829	3.464	Poder concedente a pagar	10 a.	-	1.733.150
Ativos de direito de uso		28.493	4.604	Partes relacionadas a pagar	18 b.	110.116	102.326
Intangível e ativo de contrato	10	7.491.780	7.307.666	Passivo de arrendamento		12.921	398
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>8.284.123</b>	<b>7.865.077</b>	Empréstimos e financiamentos	12	485.751	-
				Debêntures	13	7.085.017	5.465.460
				Provisão para perdas com causas judiciais	14	286	40
				Outras obrigações		278	291
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>7.694.369</b>	<b>7.301.665</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>9.833.079</b>	<b>7.556.713</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	15 a.	608.830	560.001
				Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	15 b.	1.439.785	1.503.282
				Prejuízos acumulados		(1.476.391)	(1.068.955)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>572.224</b>	<b>994.328</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>10.405.303</b>	<b>8.551.041</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>10.405.303</b>	<b>8.551.041</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.



### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Capital subscrito e integralizado	Debêntures obrigatoriamente convertíveis em ações	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	15	<b>560.001</b>	<b>1.503.282</b>	<b>(688.557)</b>	<b>1.374.726</b>
Prejuízo do exercício		-	-	(380.398)	(380.398)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	15	<b>560.001</b>	<b>1.503.282</b>	<b>(1.068.955)</b>	<b>994.328</b>
Conversão parcial	15 a.	48.829	(48.829)	-	-
Modificação de contrato		-	(14.668)	-	(14.668)
Prejuízo do exercício		-	-	(407.436)	(407.436)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	15	<b>608.830</b>	<b>1.439.785</b>	<b>(1.476.391)</b>	<b>572.224</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2024	2023
<b>Receitas</b>		<b>1.720.415</b>	<b>1.429.391</b>
Receitas de contratos com clientes	3	1.769.168	1.480.238
Outras receitas		380	(37)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4	(49.133)	(50.810)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(944.815)</b>	<b>(758.325)</b>
Custos dos serviços prestados		(923.268)	(740.376)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(21.547)	(17.949)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>775.600</b>	<b>671.066</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	4	<b>(233.872)</b>	<b>(221.284)</b>
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>		<b>541.728</b>	<b>449.782</b>
Receitas financeiras	5	130.333	53.198
Outras receitas		5	14
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>672.066</b>	<b>502.994</b>
<b>Pessoal</b>		<b>99.493</b>	<b>92.853</b>
Remuneração direta		81.554	74.412
Benefícios		15.275	15.896
FGTS		2.664	2.545
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>(103.201)</b>	<b>(108.737)</b>
Federais		(103.201)	(108.737)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>1.083.210</b>	<b>899.276</b>
Juros		937.595	793.168
Aluguéis		781	867
Despesa com atualização de outorga	5	85.153	78.546
Outras		59.681	26.695
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>(407.436)</b>	<b>(380.398)</b>
Prejuízo do exercício		(407.436)	(380.398)
<b>Valor adicionado total distribuído</b>		<b>672.066</b>	<b>502.994</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Informações sobre a Companhia**

### **1.1. Informações gerais**

A Iguá Rio de Janeiro S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e sem negociação *free float*, com sede na Av. Ayrtton Senna, 1791, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

A controladora direta da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração, em 26 de março de 2025.

### **1.2. Contexto operacional**

A Companhia foi constituída em 11 de junho de 2021 e tem como objeto principal a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário e dos serviços complementares nas regiões da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá e Vargens na capital Rio de Janeiro/RJ, e dos municípios de Miguel Pereira/RJ e Paty do Alferes/RJ. A concessão tem prazo de 35 anos a partir de 7 de fevereiro de 2022, quando assumiu as operações, após 6 meses de operação assistida.

### **1.3. Continuidade operacional**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$407.436 em comparação a prejuízo de R\$380.398 em 31 de dezembro de 2023, decorrentes principalmente de despesas com juros sobre debêntures, sendo que a alavancagem financeira da Companhia é de 13,92 e 7,17 em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, respectivamente (vide nota explicativa nº16). As despesas com juros sobre debêntures foram de R\$913.147 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$786.393 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº5.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia está em início das operações de concessão com prazo de 35 anos. Esses indicadores de alavancagem e despesas financeiras são esperados e estão alinhados com a estratégia de financiamento da Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$17.530 (positivo no montante de R\$430.916 em 31 de dezembro de 2023), decorrente, principalmente, do passivo referente à terceira e última parcela da outorga fixa relativa ao Contrato de Concessão, com vencimento em 6 de fevereiro de 2025.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

---

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que há recursos disponíveis para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Caso seja necessário, a controladora se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações de curto prazo.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**

### **2.1. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão.

### **2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024**

A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

---

- Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.
- Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
- Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants - As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante).
- Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and leaseback” - As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início.

As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

**2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

<b>Pronunciamento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Aplicação</b>
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) e a ICPC 09	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	01/01/2025
Alterações à IAS 21	Falta de conversibilidade	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Acordos de Financiamento de Fornecedores e Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	01/01/2025
OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	01/01/2025

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

**2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 a – Receitas ainda não faturadas. Para os períodos entre a data da última leitura e a data das demonstrações financeiras, a Companhia estima em bases mensais a receita ainda não lida e faturada.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

---

- Nota explicativa nº 6 – Tributos. Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.
- Nota explicativa nº 9 - Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data de relatório, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.
- Nota explicativa nº 10 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
- Nota explicativa nº 14 - Provisões para perdas com causas judiciais. A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3. Receita operacional líquida

#### 3.1. Política contábil

A Companhia apresenta suas receitas líquidas dos impostos, abatimentos e cancelamentos e reconhece quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A receita oriunda de faturamento para clientes inadimplentes a partir de 360 dias e para clientes inadimplentes acima de 180 dias com histórico de inadimplência em anos anteriores, não é reconhecida por existir incerteza significativa sobre o recebimento de sua contraprestação.

##### a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

O reajuste das tarifas cobradas em virtude da prestação dos serviços é realizado anualmente, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão e depende de homologação da Agência Reguladora.

##### b) Contratos de concessão de serviços e construção

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado considerando margem zero.

Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato e subsequentemente como um ativo intangível à medida em que a Companhia recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

##### c) Receita de serviços de operação

A receita de serviços corresponde aos serviços prestados de manutenção, serviços auxiliares como instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

### 3.2. Composição

	2024	2023
Água	753.291	701.194
Esgoto	677.169	608.757
Construção	406.806	243.217
Serviços	31.684	21.151
Abatimentos e cancelamentos	(99.782)	(94.081)
<b>Total da receita operacional</b>	<b>1.769.168</b>	<b>1.480.238</b>
Impostos sobre serviços	(136.071)	(121.211)
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>1.633.097</b>	<b>1.359.027</b>

### 4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2024	2023
Água	(353.954)	(341.090)
Depreciação e amortização	(233.872)	(221.284)
Custo de construção	(406.806)	(243.216)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(49.133)	(50.810)
Despesas com pessoal	(109.339)	(101.581)
Serviços de terceiros	(46.215)	(52.939)
Outorga e taxas de fiscalização	(48.177)	(42.794)
Outros custos e despesas	(45.010)	(33.725)
<b>Total</b>	<b>(1.292.506)</b>	<b>(1.087.439)</b>
Custo dos serviços prestados	(1.146.111)	(951.800)
Despesas administrativas e gerais	(146.395)	(135.639)
<b>Total</b>	<b>(1.292.506)</b>	<b>(1.087.439)</b>

### 5. Resultado financeiro

#### 5.1. Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre debêntures e sobre aplicações financeiras e despesas com a atualização da outorga que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

## 5.2. Composição

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros de aplicações financeiras	120.058	44.255
Juros de contas a receber de clientes	8.912	8.427
Outras receitas financeiras	1.363	516
<b>Total</b>	<b>130.333</b>	<b>53.198</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre debêntures	(913.147)	(786.393)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.412)	-
Juros sobre arrendamento	(1.227)	(301)
Juros sobre debêntures com partes relacionadas	(8.597)	(6.474)
Perda líquida na remensuração das debêntures conversíveis	(6.212)	-
Despesa com atualização de outorga	(85.153)	(78.546)
Fiança bancária	(52.259)	(23.720)
Outras despesas financeiras	(13.527)	(5.461)
<b>Total</b>	<b>(1.088.534)</b>	<b>(900.895)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(958.201)</b>	<b>(847.697)</b>

## 6. Imposto de renda e contribuição social

### 6.1. Política contábil

#### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

## 6.2. Composição

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	668.200	501.385	-	-	166.815	169.682
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e receita não reconhecida	112.434	66.767	-	-	45.667	32.104
Outras diferenças temporárias	3.331	2.936	-	-	395	521
Diferimento receita órgão público	-	-	2.013	1.466	(547)	(1.466)
Direitos a faturar	-	-	22.913	20.372	(2.541)	(5.106)
	783.965	571.088	24.926	21.838	209.789	195.735
Compensação (*)	(24.926)	(21.838)	(24.926)	(21.838)	-	-
<b>Total</b>	<b>759.039</b>	<b>549.250</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>209.789</b>	<b>195.735</b>

(\*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada, conforme a legislação, à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Resultado do exercício antes dos impostos	(617.225)	(576.133)
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Benefício com imposto a alíquota nominal</b>	<b>209.857</b>	<b>195.885</b>
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>		
Despesas não dedutíveis	(343)	(302)
Outras	275	152
<b>Total de benefícios com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>209.789</b>	<b>195.735</b>
Imposto diferido	209.789	195.735
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>

Cronograma de realização

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, exclusivamente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

<b>Realização do imposto de renda diferido do ativo</b>	<b>2024</b>
2025	-
2026	-
2027	-
2028	-
2029	-
2030	6.676
2031 em diante	752.363
<b>Total</b>	<b>759.039</b>

Conforme nota explicativa nº1.3, a Companhia possui saldo de impostos diferidos ativos devido aos prejuízos gerados pelo início da operação. A estimativa utilizada para realização do saldo foi feita com base no plano de negócios que demonstra que a Companhia, devido a maturação da eficiência operacional, crescimento da base de economias em função do aumento de cobertura, iniciativas comerciais, redução dos níveis de perdas e iniciativas de fiscalização, gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

## 7. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme demonstrativo abaixo. Não há instrumentos financeiros ou patrimoniais com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(407.436)	(380.398)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.010.001.000	2.010.001.000
<b>Resultado por ação básico e diluído (reais) (*)</b>	<b>(0,202704)</b>	<b>(0,189253)</b>

(\*) Conforme mencionado na nota explicativa nº15 b, a Companhia possui 1,4 bilhão de debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, que por sua natureza são consideradas no denominador do cálculo do resultado por ação básico e diluído.

## 8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

### 8.1. Política contábil

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo e não exclusivo, com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação em fundos de investimento de característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

## 8.2. Composição

	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2024	2023
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e bancos			19.552	3.624
Operações compromissadas	50,34% do CDI	5,47%	3.046	7.004
Certificado de depósito bancário	101,30% do CDI	11,01%	904.724	33.163
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b>			<b>927.322</b>	<b>43.791</b>
<b>Aplicações financeiras</b>				
Fundo de investimento (*)	101,09% do CDI	10,99%	941.915	381.168
<b>Total aplicações financeiras</b>			<b>941.915</b>	<b>381.168</b>

(\*) Fundos de investimento, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa tipo FIC com liquidez diária e referenciados ao DI, remunerado em condições e taxas normais de mercado. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, riscos de crédito, liquidez e análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº17.

## 9. Contas a receber e outros recebíveis

### 9.1. Política contábil

Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto, construção e operação no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas sobre o saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas, onde 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias são reconhecidos como perdas e para as demais faixas de vencimento e a vencer é aplicado um percentual médio determinado com base no histórico de inadimplência de cada faixa.

### 9.2. Composição

	Nota	2024	2023
Contas a receber de saneamento e serviços		335.479	308.900
Direitos a faturar (a)		74.260	66.026
<b>Total contas a receber</b>		<b>409.739</b>	<b>374.926</b>
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa		(191.073)	(141.940)
		<b>218.666</b>	<b>232.986</b>
Operações mensais - partes relacionadas	18 b.	12	20
Outros		5.514	3.989
<b>Total</b>		<b>224.192</b>	<b>236.995</b>

(a) São os serviços prestados e ainda não faturados, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

A composição por vencimento das contas a receber de saneamento e serviços e direitos a faturar é como segue:

	2024	2023
A vencer	238.891	244.421
Vencidos até 30 dias	19.862	12.179
Vencidos entre 31 e 60 dias	11.687	6.403
Vencidos entre 61 e 90 dias	7.682	5.133
Vencidos entre 91 e 120 dias	6.836	5.019
Vencidos entre 121 e 150 dias	2.362	3.270
Vencidos entre 151 e 180 dias	3.840	2.841
Vencidos acima de 180 dias	118.579	95.660
<b>Total</b>	<b>409.739</b>	<b>374.926</b>

O movimento nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>91.130</b>
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	50.810
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>141.940</b>
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	49.133
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>191.073</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

## 10. Intangível e ativo de contrato

### 10.1. Política contábil

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é iniciada no mês subsequente a data de aquisição ou do término das obras, é reconhecida no resultado de forma linear e não ultrapassa o prazo final da concessão.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

Os custos de empréstimos são capitalizados no período entre o início da obra até o ativo ficar em condições de uso pelo Grupo e essa capitalização é suspensa caso seja suspenso o desenvolvimento do ativo por mais de 30 dias. Os juros sobre as captações utilizadas para pagamento da outorga fixa não são capitalizados, uma vez que dada a essência da outorga (montante pago em decorrência de contrato de concessão), a Administração da Companhia entende que esta não atende os critérios e definição de ativo qualificável (conforme definido pelo CPC 20 (R1)) e, desta forma, respectivas despesas de juros não são capitalizadas.

## 10.2. Composição

### a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (i)	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga da concessão (ii)	Software	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>101.824</b>	<b>62.951</b>	<b>7.109.165</b>	<b>1.803</b>	<b>7.275.743</b>
Adições	-	243.254	-	3.541	246.795
Transferências	136.642	(136.642)	-	-	-
Amortização	(5.798)	-	(208.582)	(454)	(214.834)
Baixas	(38)	-	-	-	(38)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>232.630</b>	<b>169.563</b>	<b>6.900.583</b>	<b>4.890</b>	<b>7.307.666</b>
Adições	-	406.806	-	922	407.728
Transferências	270.672	(270.672)	-	-	-
Amortização	(13.891)	-	(208.582)	(1.141)	(223.614)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>489.411</b>	<b>305.697</b>	<b>6.692.001</b>	<b>4.671</b>	<b>7.491.780</b>

### (i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2023		2024	
		Custo total	Adições	Transferência	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,02	8.937	-	4.969	13.906
Máquinas, aparelhos e equipamentos	16,67	26.877	-	15.960	42.837
Rede de Água	3,04	115.531	-	132.969	248.500
Rede de Esgoto	3,04	87.083	-	116.774	203.857
<b>Total</b>		<b>238.428</b>	<b>-</b>	<b>270.672</b>	<b>509.100</b>
<b>Amortização acumulada</b>		<b>(5.798)</b>	<b>(13.891)</b>	<b>-</b>	<b>(19.689)</b>
<b>Total líquido</b>		<b>232.630</b>	<b>(13.891)</b>	<b>270.672</b>	<b>489.411</b>

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2022		2023		
		Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,01	7.425	-	-	1.512	8.937
Máquinas, aparelhos e equipamentos	15,00	9.583	-	-	17.294	26.877
Rede de Água	3,00	44.735	-	(38)	70.834	115.531
Rede de Esgoto	3,01	40.081	-	-	47.002	87.083
<b>Total</b>		<b>101.824</b>	<b>-</b>	<b>(38)</b>	<b>136.642</b>	<b>238.428</b>
<b>Amortização acumulada</b>		<b>-</b>	<b>(5.798)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.798)</b>
<b>Total líquido</b>		<b>101.824</b>	<b>(5.798)</b>	<b>(38)</b>	<b>136.642</b>	<b>232.630</b>

(\*) Os prazos de amortização não excedem o prazo da concessão.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

---

(ii) Outorga de concessão

Refere-se a outorga fixa de R\$7.286.000 incluindo outros gastos relativos à aquisição da concessão (folha salarial e consultoria envolvida na elaboração do projeto para aquisição da concessão). A Companhia possui registrado no passivo circulante o montante de R\$1.818.303 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.733.150 em 31 de dezembro de 2023 no passivo não circulante) referente a parcela de R\$1.457.200 atualizada pelo IPCA até o momento do pagamento que será liquidado em 6 de fevereiro de 2025, por este motivo o saldo que constava no longo prazo em 31 de dezembro de 2023 foi transferido para o curto prazo em fevereiro de 2024. A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, reconheceu juros de atualização no montante de R\$85.153 (R\$78.546 em 31 de dezembro de 2023), na rubrica “despesas financeiras”, conforme nota explicativa nº5.

A taxa de amortização é de 2,86% a.a., linear para todo o período do contrato de concessão.

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização de gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou de término das obras.

c) Teste por redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC), descontado pela taxa WACC, calculada com base em premissas de mercados comparáveis. A Companhia considera como UGC o direito de concessão registrado no intangível.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas - foram projetadas entre 2025 e o término do período de concessão, considerando os reajustes tarifários ordinários, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto e crescimento vegetativo previstos no plano de negócio da UGC.
- Custos e despesas operacionais - foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

• Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal de 10,71% (9,06% em 31 de dezembro de 2023).

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável da UGC tendo como base o Plano de Negócio 25-29 aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 4 de fevereiro de 2025. Como resultado do teste, não foi constatado a necessidade de reconhecimento de *impairment*.

## 11. Fornecedores

	Nota	2024	2023
Água comprada para revenda (*)		62.402	62.653
Fornecedores diversos		138.390	75.887
<b>Total</b>		<b>200.792</b>	<b>138.540</b>

(\*) Refere-se ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) à Companhia, que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão e reajustado a cada período de 12 meses pelo Índice de Reajuste Contratual e pelo volume fixado para cada período durante os três primeiros anos, conforme previsto no contrato de interdependência.

### Fornecedores – Risco sacado

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta em linha separada no balanço patrimonial o montante de R\$22.916 (R\$10.614 em 31 de dezembro de 2023) referente a fornecedores risco sacado, nesta operação não há alteração de prazos e condições de pagamento.

## 12. Empréstimos e financiamentos

### 12.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

## 12.2. Composição

Linha de crédito	Indexador	Juros médios		2024
		a.a. (*)	Vencimento	
Contrato de financiamento e repasse (**)	TR	9,00	2048	512.136
				<b>512.136</b>
(-) Custo de transação				(26.241)
Circulante				144
Não circulante				485.751
<b>Total</b>				<b>485.895</b>

(\*) Os juros médios incorporam os juros fixos e, quando aplicável, a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

(\*\*) A Companhia concluiu a contratação da linha de financiamento "Saneamento Para Todos", no valor de R\$1 bilhão, prazo de 24 anos e remuneração equivalente à Taxa Referencial (TR) + 8,20% a.a. O primeiro desembolso desta captação, que engloba um reembolso de até 95% dos investimentos realizados em infraestrutura até junho de 2024, bem como um adiantamento para realização dos investimentos dos 6 meses subsequentes, foi recebido em 28 de outubro de 2024 no montante de R\$510.133, com a diferença sendo desembolsada à medida que a Companhia comprovar novos investimentos.

## 13. Debêntures

### 13.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

### 13.2. Composição

Linha de crédito	Indexador	Juros médios		2024	2023
		a.a. (*)	Vencimento		
Debêntures 1ª emissão – (Iguá Saneamento) (**)		1,20	2027	53.918	32.293
Debêntures 2ª emissão	CDI	14,67	2025	-	1.785.389
Debêntures 3ª emissão – (Iguá Saneamento) (**)		2,00	2028	23.585	15.732
Debêntures 4ª emissão - 1ª série	IPCA	13,03	2043	2.396.251	2.110.388
Debêntures 4ª emissão - 2ª série	IPCA	12,80	2052	2.149.805	1.897.308
Debêntures 5ª emissão	IPCA	11,96	2044	2.935.526	-
				<b>7.559.085</b>	<b>5.841.110</b>
(-) Custo de transação				(474.068)	(309.893)
Circulante				-	65.757
Não circulante				7.085.017	5.465.460
<b>Total</b>				<b>7.085.017</b>	<b>5.531.217</b>

(\*) Os juros médios incorporam os juros fixos e, quando aplicável, a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

(\*\*) Refere-se a debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, adquiridas integralmente pela controladora da Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

Debêntures obrigatoriamente conversíveis

1ª emissão

Em 4 de abril de 2022, a Companhia aditou a escritura da 1ª emissão de debêntures no valor de R\$1.240.277. As debêntures são conversíveis em ações (ordinárias) da Companhia a qualquer momento entre a data de emissão das notas e sua data de liquidação ou obrigatoriamente conversíveis na data de vencimento em 9 de agosto de 2027. A Iguá Saneamento S.A., no papel de debenturista na hipótese de conversão, será detentora de 1.150.000.000 de ações. Em 7 de agosto de 2024, foi realizada a conversão de 48.829.000 debêntures em cotas do capital social e nesta mesma data foi realizado o 3º aditamento a esta escritura que altera o prazo de vencimento para a data supracitada. Esta alteração resultou em uma remensuração do passivo financeiro e gerou uma perda de R\$4.605, reconhecida no resultado financeiro (nota explicativa nº5).

3ª emissão

Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia emitiu 300.000 de debêntures ao valor nominal unitário de R\$1,00. As debêntures são conversíveis em ações (ordinárias) da Companhia a qualquer momento entre a data de emissão das notas e sua data de liquidação ou obrigatoriamente conversíveis na data de vencimento em 27 de janeiro de 2028. O preço de conversão é fixo e corresponde à relação de 1 ação por 1 debênture. Em 7 de agosto de 2024, foi realizado o 3º aditamento a esta escritura que altera o prazo de vencimento para a data supracitada. Esta alteração resultou em uma remensuração do passivo financeiro e gerou uma perda de R\$1.607, reconhecida no resultado financeiro (nota explicativa nº5).

Os recursos líquidos recebidos pela 1ª emissão e 3ª emissão das debêntures obrigatoriamente conversíveis foram segregados entre o elemento do passivo financeiro e o componente do patrimônio líquido, conforme segue:

	1ª emissão	3ª emissão
Valor da emissão – Debêntures	1.240.277	300.000
Taxa de juros anuais a mercado (a)	15,60%	15,54%
Taxa de juros do instrumento financeiro (b)	1,20%	2,00%
Prazo (meses)	65	73
Instrumento financeiro passivo na data de emissão	25.084	11.912
Instrumento patrimonial na data de emissão (vide nota explicativa nº15 b)	1.215.194	288.088

(a) Taxa de desconto estimada para transações com terceiros sem conversibilidade em ações. A Companhia considerou CDI + 1,20% e CDI + 2,0%, respectivamente.

(b) Conforme escrituras de emissão de debêntures privadas obrigatoriamente conversíveis em ações.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

---

Debêntures simples, não conversíveis

2ª emissão

Em 31 de julho de 2021, a Companhia emitiu, no âmbito da oferta pública, com esforços restritos da Companhia, o montante de R\$4.000.000 podendo ser distribuída parcialmente desde que obedecida a colocação mínima de R\$3.200.000 (primeira tranche no valor de R\$3.200.000 emitida em 31 de julho de 2021 e segunda tranche no valor de R\$799.998 em 4 de fevereiro de 2022), com vencimento em 31 de julho de 2025 e remuneração fixa equivalente a 3,80% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI.

Em 8 de abril de 2024, a Companhia, realizou a amortização antecipada do saldo restante da 2ª Emissão de Debêntures Simples no valor de R\$1.717.018.

4ª emissão

Em 15 de maio de 2023, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 4ª Emissão de Debêntures Simples, em duas séries, inicialmente, no montante de R\$3.800.000. A 1ª série no montante de R\$2.000.000 possui vencimento final em 15 de maio de 2043 e remuneração fixa equivalente a 8,20% a.a. + 100% da variação acumulada do IPCA. A 2ª série no montante de R\$1.800.000 possui vencimento final em 15 de maio de 2052 e remuneração fixa equivalente a 7,97% a.a. + 100% da variação acumulada do IPCA.

5ª emissão

Em 1 de abril de 2024, a Companhia concluiu a emissão de oferta pública de distribuição da 5ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$2.700.000. As debêntures serão amortizadas em 36 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 15 de agosto de 2026, com vencimento final em 15 de fevereiro de 2044 e remuneração fixa equivalente a 7,1303% a.a. + 100% da variação acumulada do IPCA.

As garantias das debêntures emitidas pela Companhia consistem em: fiança bancária (4ª emissão); fiança da controladora Iguá Saneamento S.A.; cessão fiduciária de 100% dos recebíveis; alienação de 100% das ações detidas pela Companhia; cessão fiduciária dos seguros da concessão; cessão fiduciária dos contratos de EPC (contrato de obras) e dos contratos de operação e manutenção do Projeto, com valor individual acima de R\$10.000; cessão fiduciária das contas vinculadas e conta reserva equivalente a uma parcela vincenda.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

**13.3. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos, financiamentos e debêntures**

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	-	<b>4.765.385</b>	<b>4.765.385</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Captação	-	3.800.000	3.800.000
Custo de transação pago	-	(264.674)	(264.674)
Amortização de principal	-	(2.284.639)	(2.284.639)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>		<b>1.250.687</b>	<b>1.250.687</b>
<b>Outras variações</b>			
Custo de transação	-	39.124	39.124
Pagamento de juros	-	(1.277.722)	(1.277.722)
Provisão de juros - partes relacionadas	-	6.474	6.474
Provisão de juros	-	747.269	747.269
<b>Total de outras variações</b>	-	<b>(484.855)</b>	<b>(484.855)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	<b>5.531.217</b>	<b>5.531.217</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Captação	510.133	2.700.000	3.210.133
Custo de transação pago	(9.728)	(188.536)	(198.264)
Amortização de principal	-	(1.674.026)	(1.674.026)
Custo de transação	(16.698)	(48.583)	(65.281)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>483.707</b>	<b>788.855</b>	<b>1.272.562</b>
<b>Outras variações</b>			
Custo de transação	185	72.945	73.130
Pagamento de juros	(6.409)	(177.494)	(183.903)
Provisão de juros - partes relacionadas	-	8.597	8.597
Perda na remensuração do passivo	-	6.212	6.212
Reclassificação oriunda da remensuração do passivo financeiro das debêntures conversíveis	-	14.668	14.668
Provisão de juros	8.412	840.017	848.429
<b>Total de outras variações</b>	<b>2.188</b>	<b>764.945</b>	<b>767.133</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>485.895</b>	<b>7.085.017</b>	<b>7.570.912</b>

**13.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)**

Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes, nesse caso, todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais.

Dado a quitação da 2ª emissão de debêntures em 8 de abril de 2024, não há mais exigibilidade de cumprimento de *covenants*. A 4ª e a 5ª emissões não possuem *covenant* a ser cumprido no exercício atual.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

## 14. Provisão para perdas em causas judiciais

### 14.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, já as contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nessa nota explicativa.

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a mensuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 14.2. Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes

#### a) Cível:

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros, pleiteando indenizações por danos morais e materiais, questionamento dos valores faturados e questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas.

#### b) Trabalhista:

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por ex-empregados da Companhia, ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas, danos morais, horas-extras e sobreaviso, escala de revezamento, adicionais de insalubridade, periculosidade e desvio de função.

### 14.3. Composição

	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 1º janeiro de 2024</b>	<b>40</b>	<b>-</b>	<b>40</b>
Adições	254	32	286
Reversões	(17)	-	(17)
Pagamentos	(23)	-	(23)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>254</b>	<b>32</b>	<b>286</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam na Companhia uma estimativa de:

Natureza	2024	2023
Cíveis	31.545	25.644
Trabalhistas	5.478	322
<b>Total</b>	<b>37.023</b>	<b>25.966</b>

## 15. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$608.830 (R\$ 560.001 em 31 de dezembro de 2023), representado por 608.830 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A controladora Iguá Saneamento S.A. detém 100% das ações.

A Companhia realizou a conversão parcial de 48.829 cotas da 1ª emissão de debêntures em cotas do capital social, totalizando um aumento no montante de R\$48.829 no capital social, e com isso segue atendendo ao cronograma de capital social mínimo definido em contrato conforme descrito abaixo.

A Companhia deverá obedecer ao cronograma exigido no Contrato de Concessão para aumento de seu capital social sujeito a uma multa sobre o faturamento, de modo que o capital social mínimo subscrito e integralizado deverá ser de:

- R\$603.681 até o final do 3º ano da concessão;
- R\$661.030 até o final do 4º ano da concessão; e
- R\$717.370 até o final do 5º ano da concessão.

### b) Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações

	Data	Prazo de vencimento	Taxa de juros	Quantidade (em milhares)	Total registrado em patrimônio líquido
1ª emissão	2022	09/08/2027	1,20%	1.101.171	1.155.234
3ª emissão	2022	27/01/2028	2,00%	300.000	284.551

Cada debênture, cujo valor unitário nominal foi de R\$1 (um real), será obrigatoriamente convertida em 1 nova ação ordinária da Companhia até as respectivas datas de vencimento. Não há atualização monetária dos valores unitários nominais. Os juros serão liquidados ao final dos prazos de vencimento dos instrumentos em questão.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

d) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados.

## 16. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2024	2023
Total do passivo	9.833.079	7.556.713
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.869.237)	(424.959)
(=) Dívida Líquida (A)	7.963.842	7.131.754
Total do patrimônio líquido (B)	572.224	994.328
Índice de alavancagem (A/B)	<b>13,92</b>	<b>7,17</b>

Espera-se que o índice de alavancagem continue em alta ao longo de 2025, à medida que a Companhia realize os desembolsos da linha de financiamento "Saneamento Para Todos", conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12 – Empréstimos e Financiamentos, para viabilizar as intervenções nos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, logo, até 2025 ainda é esperado o aumento do referido índice.

## 17. Instrumentos financeiros

### 17.1. Categoria dos instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”.

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 e não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024.

	Nota	Valor justo por meio do resultado (nível 2)		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	907.770	40.167	19.552	3.624	-	-
Aplicações financeiras	8	941.915	381.168	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	-	224.192	236.995	-	-
<b>Ativos financeiros</b>		<b>1.849.685</b>	<b>421.335</b>	<b>243.744</b>	<b>240.619</b>	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	-	-	-	223.708	149.154
Partes relacionadas a pagar	18 b.	-	-	-	-	152.829	106.022
Poder concedente a pagar	10 a.	-	-	-	-	1.818.303	1.733.150
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	28.926	4.679
Empréstimos e financiamentos (*)	12	-	-	-	-	512.136	-
Debêntures (*)	13	-	-	-	-	7.559.085	5.841.110
<b>Passivos financeiros</b>		-	-	-	-	<b>10.294.987</b>	<b>7.834.115</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

**17.2. Fatores de riscos financeiros**

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez, preço e de mercado, resultantes de instrumentos financeiros.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem recebíveis decorrentes de suas atividades operacionais. No contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e do fornecimento dos serviços, além disso, existem contratos com previsões de indenização em caso de renúncia do poder concedente, com alto grau de controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, como segue abaixo:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	927.322	43.791
Aplicações financeiras	8	941.915	381.168
Contas a receber e outros recebíveis	9	224.192	236.995
<b>Total</b>		<b>2.093.429</b>	<b>661.954</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2024	2023
Fornecedores e outras contas a pagar	11	223.708	149.154
Passivo de arrendamento		28.926	4.679
Partes relacionadas a pagar	18 b	152.829	106.022
Poder concedente a pagar	10 a	1.818.303	1.733.150
Empréstimos e financiamentos (*)	12	512.136	-
Debêntures (*)	13	7.559.085	5.841.110
Circulante		2.124.623	268.494
Não circulante		8.170.364	7.565.621
<b>Total</b>		<b>10.294.987</b>	<b>7.834.115</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 329 meses
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>								
Fornecedores e outras contas a pagar	223.708	223.708	223.708	-	-	-	-	-
Poder concedente a pagar	1.818.303	1.818.436	1.818.436	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	512.136	1.083.637	41.963	41.969	41.969	52.486	65.724	839.526
Debêntures (*)	7.559.085	37.656.932	228.962	576.616	790.384	862.897	897.374	34.300.699
<b>Total</b>	<b>10.113.232</b>	<b>40.782.713</b>	<b>2.313.069</b>	<b>618.585</b>	<b>832.353</b>	<b>915.383</b>	<b>963.098</b>	<b>35.140.225</b>

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 341 meses
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>								
Fornecedores e outras contas a pagar	149.154	149.154	149.154	-	-	-	-	-
Poder concedente a pagar	1.733.150	1.862.771	-	1.862.771	-	-	-	-
Debêntures (*)	5.841.110	22.426.454	251.952	2.824.856	432.639	388.374	433.850	18.094.783
<b>Total</b>	<b>7.723.414</b>	<b>24.438.379</b>	<b>401.106</b>	<b>4.687.627</b>	<b>432.639</b>	<b>388.374</b>	<b>433.850</b>	<b>18.094.783</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
**Em milhares de reais**

---

iv) *Risco de preço*

As tarifas são atualizadas por uma fórmula paramétrica que busca limitar eventual desequilíbrio entre matriz de custo e faturamento. Existe risco de determinação de reajuste de forma arbitrária, diferente do previsto no contrato de concessão, que pode gerar desequilíbrios financeiros no curto prazo, mas, no longo prazo, esses eventos tendem a ser equacionados através de mediação, regulação ou processo judicial para reestabelecer condição econômico-financeira do contrato.

v) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e IPCA.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

*Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*

Com base no saldo das aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2024	Risco	Cenários									
			Apreciação das taxas				Depreciação das taxas					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor			
<b>Ativos financeiros</b>												
Aplicações financeiras	1.849.685	CDI	15,58	288.181	19,48	360.319	23,37	432.271	11,68	216.043	7,79	144.090
<b>Total</b>	<b>1.849.685</b>			<b>288.181</b>		<b>360.319</b>		<b>432.271</b>		<b>216.043</b>		<b>144.090</b>
<b>Passivos financeiros</b>												
Debêntures 4ª emissão	(4.546.056)	IPCA	8,43	(383.233)	10,54	(479.154)	12,65	(575.076)	6,32	(287.311)	4,21	(191.389)
Debêntures 5ª emissão	(2.935.526)	IPCA	8,43	(247.465)	10,54	(309.404)	12,65	(371.344)	6,32	(185.526)	4,21	(123.586)
Poder concedente a pagar	(1.818.303)	IPCA	8,43	(153.283)	10,54	(191.649)	12,65	(230.015)	6,32	(114.918)	4,21	(76.551)
<b>Total</b>	<b>(9.299.885)</b>			<b>(783.981)</b>		<b>(980.207)</b>		<b>(1.176.435)</b>		<b>(587.755)</b>		<b>(391.526)</b>
<b>Total dos ativos e passivos financeiros líquidos</b>	<b>(7.450.200)</b>			<b>(495.800)</b>		<b>(619.888)</b>		<b>(744.164)</b>		<b>(371.712)</b>		<b>(247.436)</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>						<b>(124.088)</b>		<b>(248.364)</b>		<b>124.088</b>		<b>248.364</b>

Fontes: Foram consideradas as taxas projetadas de IPCA e CDI para o período de doze meses e tomou como base as divulgações realizadas pela B3.

## 18. Partes relacionadas

### 18.1. Política

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações.

### 18.2. Composição

#### a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram reconhecidos benefícios de curto prazo (ordenados, salários, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas administrativas e gerais”. O total de remuneração aprovada para o exercício de 2024 é no montante de R\$4.249. A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2024	2023
Remuneração da diretoria	1.170	1.179
Participação nos lucros e resultados	785	962
Encargos sociais	352	428
Benefícios diretos e indiretos	68	74
<b>Total</b>	<b>2.375</b>	<b>2.643</b>

## Iguá Rio de Janeiro S.A.



### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

#### b) Transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Em contas a receber e outros recebíveis, partes relacionadas e debêntures</b>	(Nota 9)	(Nota 9)				
Repasse de recursos e custos - Spat Saneamento (a)	-	-	-	236	-	-
Repasse de recursos e custos - Iguá Saneamento (a)	12	20	152.628	105.425	(43.909)	(43.001)
Repasse de recursos e custos (a)	-	-	33	33	-	(6)
Serviços prestados / Locação de Equipamentos - Fluxx.ia (b)	-	-	168	328	(1.894)	(1.342)
Debêntures - Iguá Saneamento - nota explicativa nº13	-	-	77.503	48.025	(14.809)	(6.474)
Circulante	12	20	42.713	3.696	-	-
Não circulante	-	-	187.619	150.351	-	-
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>20</b>	<b>230.332</b>	<b>154.047</b>	<b>(60.612)</b>	<b>(50.823)</b>

(a) Refere-se a repasses de recursos pagos durante o período em que a Companhia esteve em fase de operação assistida e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

(b) Refere-se à prestação de serviços e locação de hidrômetros inteligentes da Companhia do grupo Fluxx.IA Medição Inteligente S.A..

## 19. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, aplicáveis a Companhia, são as seguintes:

	2024	2023
Riscos operacionais (*)	67.000	250.000
Seguro garantia	81.490	78.615
Responsabilidade civil	90.000	70.000
Veículos	96.105	76.845
Risco de engenharia	515.000	22.500
Riscos ambientais	50.000	-
<b>Total</b>	<b>899.595</b>	<b>497.960</b>

(\*) Limite máximo de R\$67.000 de cobertura em 31 de dezembro de 2024, compartilhado entre as empresas do Grupo.

## 20. Compromissos

### a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente correspondente a 3,5% (3% de outorga + 0,5% para o Instituto Rio Metrópoles – Fundo de desenvolvimento) no caso do município do Rio de Janeiro e 3% nos municípios de Paty do Alferes e Miguel Pereira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido o montante de R\$44.987 (R\$40.253 em 31 de dezembro de 2023).

### b) Taxa de regulação

De acordo com o art. 19 da Lei nº 4.556/05 deverá ser recolhida taxa de regulação de serviços concedidos e permitidos, mensurada por meio da aplicação da alíquota de 0,5% sobre o somatório das receitas das tarifas auferidas mensalmente pelo concessionário, excluídos os tributos sobre ela incidentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido o montante de R\$6.624 (R\$5.976 em 31 de dezembro de 2023).

### c) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle físico dos bens reversíveis e formalizar as movimentações ao poder concedente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

---

d) Decorrente da compra de água da CEDAE

Refere-se ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) à Companhia, que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão e reajustado a cada período de 12 meses pelo Índice de Reajuste Contratual.

Durante os próximos 37 dias de concessão, a Companhia pagará por um volume fixo de água, conforme estimativas abaixo:

- Ano 3 – 01/01/2025 até 06/02/2025 - R\$39.942.

A partir de 7 de fevereiro de 2025, a Companhia pagará apenas pelo volume de água efetivamente consumido, conforme cláusulas 8.1 e 8.2 do Contrato de Interdependência (Anexo VI ao Contrato de Concessão nº 034/2021).

## 21. Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

a) As adições abaixo foram adquiridas com base em termos de pagamento diferido, cuja liquidação ainda está em aberto no final do exercício:

	2024	2023
Aquisição de ativo intangível a prazo	53.043	53.418

A Companhia também realizou pagamentos referente a aquisição de intangível a prazo adquirido em exercícios anteriores:

	2024	2023
Pagamento referente aquisição de intangível a prazo	(50.817)	-

## 22. Eventos subsequentes

Em 6 de fevereiro de 2025, a controlada Iguá Rio de Janeiro S.A. realizou depósitos no valor aproximado de R\$ 1,8 bilhão referentes à terceira e última parcela do pagamento da outorga referente à concessão do Bloco 2 do leilão da CEDAE. No total destas três parcelas, a Iguá desembolsou R\$ 7,6 bilhões em valores históricos, equivalentes a R\$ 8,8 bilhões se atualizados monetariamente até a presente data. Os pagamentos efetuados nessa data foram de R\$ 989 milhões em conta indicada pela Secretaria de Fazenda do Governo do Estado do RJ e R\$ 828 milhões junto à conta indicada pela CAMARB - Câmara de Arbitragem Empresarial - Brasil, em consonância com a Ordem Processual nº 1 do Procedimento Arbitral nº A-494/25-E. A decisão do juízo arbitral tem caráter provisório e está conectada com a análise em maior profundidade de pleitos de reequilíbrio do Contrato de Concessão.

### Composição da Diretoria

#### **Diretoria**

Flavio da Costa Vaz  
William Gomes Figueiredo  
Lucas Tadeu Bergamim Arrosti

#### **Contador**

Thiago Araujo Barner  
CRC/SP nº 1MG-103727/O-0